

# BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1393 | 26/06/2017 a 02/07/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

OIT

## A VOZ DO CAMPO NA ONU

Ágide Meneguette na Conferência  
Internacional do Trabalho, na Suíça



[sistemafaep.org.br](http://sistemafaep.org.br)

ARGENTINA

# Aos leitores

O Brasil é signatário de inúmeros acordos definidos na esfera da Organização das Nações Unidas. Por isso, a participação brasileira na Organização Internacional do Trabalho é importante, já que é nela que se fomentam as relações de trabalho. Assim, a participação de um produtor rural paranaense na 106.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho, é histórica. Sob a liderança do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, a delegação brasileira das entidades patronais marcou presença em Genebra, na Suíça.

Já deixar de lado a paixão por um ofício não é uma medida fácil. No campo, isso se intensifica. É muito difícil aceitar interferência em algo que aprendeu na lida, com o tempo. Por isso, a sucessão em uma propriedade rural requer um trabalho cuidadoso, principalmente se for familiar. O rito de passagem entre gerações exige planejamento. Assim foi pensado o Programa Herdeiros do Campo, tema de reportagem nesta edição. O curso busca envolver a família no processo sucessório, o que acaba facilitando o diálogo entre os envolvidos, preservando o patrimônio e dando sequência ao negócio.

**Boa leitura.**

## Expediente

### • FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

**Presidente:** Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

**Financeiros:** João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

**Delegados Representantes:** Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

### • SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

**Conselho Administrativo** | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

### • BOLETIM INFORMATIVO

**Coordenação de Comunicação Social:** Cynthia Calderon

**Edição:** Ricardo Medeiros

**Redação e Revisão:** André Amorim, Antonio Carlos Senkovski e Carlos Guimarães Filho  
**Projeto Gráfico e Diagramação:** Diogo Figueira

*Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.*

**Fotos da Edição 1393:**

Fernando Santos, Giuliano Gomes, André Amorim, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

## ÍNDICE

### TRABALHO

Presidente da FAEP em Genebra

PAG. 3

### SENAR-PR

Sucessão no campo

Pág. 10

### VIAGEM TÉCNICA

Estímulo ao uso de energia renovável nos transportes

Pág. 15

### ENERGIA

Modelo holandês nos Campos Gerais

Pág. 20

### HISTÓRIA

A chegada do homem à Lua

Pág. 22

### ESCOAMENTO CANA-DE-AÇÚCAR

O caminho até o Porto

Pág. 24

### CLIMA

Soja enfrenta muita chuva na Argentina

Pág. 26







# Momento histórico na OIT

Ágide Meneguette liderou a delegação brasileira das entidades patronais e discursou no palco da ONU, na Suíça

No momento em que o Brasil discute a modernização da sua legislação trabalhista, o presidente do Sistema FAEP/SE-NAR-PR, Ágide Meneguette, liderou a delegação brasileira das entidades patronais na 106.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça.

Ágide, que também é vice-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e preside a Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência da entidade, foi o delegado titular da delegação composta por outras confederações, como indústria, comércio, transportes e saúde. A CNA também chefiou algumas comissões. A principal delas foi o Comitê de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho, onde se verifica infrações trabalhistas em países.

“Estamos discutindo temas que influenciarão o futuro econômico do país e a vida da nossa população. Temos que participar desse debate e contribuir para que tenhamos uma

legislação moderna e equilibrada”, afirmou Meneguette.

A participação na OIT é importante porque é nela que se fomentam as relações de trabalho. Na OIT tem voz os Estados, os empregadores e os trabalhadores. Muitas das regras de trabalho que o produtor e o trabalhador rural terão que conviver no campo, nascem em discussões na OIT e, posteriormente, transformam-se em convenções que são regras internacionais. E, por um princípio de soberania, o país pode internalizar essa regra, por meio de sua legislação. “Por isso que é importante participarmos da discussão no berço, onde elas nascem, porque se torna mais difícil sofrer alterações depois que chegaram ao Congresso”, explica o assessor de Relações Internacionais da CNA, Thiago Masson.

Ele exemplifica a responsabilidade solidária em cadeias agropecuárias como um tema que afeta a todos. “Se houver um problema de infração trabalhista na produção de café no Quênia, todos os participantes da cadeia, mesmo de outros países como o Brasil, serão responsabilizados.”



**Leia na íntegra o pronunciamento do vice-presidente da CNA e delegado empregador do Brasil, Ágide Meneguette, na 106ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra, no dia 14 de junho.**

Em nome da delegação de empregadores do Brasil, saudamos a todos os presentes.

As últimas décadas do século passado e os primeiros anos do século XXI têm sido tempos de mudanças radicais nas economias e nas sociedades.

A globalização e as novas tecnologias alteraram os sistemas de produção e o comportamento dos consumidores em todo o mundo numa velocidade até então desconhecida na história humana.

Os benefícios destas mudanças são incontestáveis e o principal deles, é a grande diminuição da pobreza na maioria dos países emergentes.

No entanto, não há como não reconhecer que as rupturas no ambiente produtivo e no mundo do trabalho trazem desafios no-

vos às sociedades, qualquer que seja o estágio do seu desenvolvimento.

Desequilíbrios e desajustes de profundas repercussões sociais estão presentes em toda a parte, desde os países mais ricos e estabilizados até aqueles que só há pouco iniciaram seu caminho para o desenvolvimento e o Estado de bem-estar social.

Em nenhuma área da atividade humana a mudança foi mais forte do que no mundo do trabalho.

Estão mudando a qualidade e a quantidade de trabalho para fazer as coisas.

Estão mudando o local e o modo como as coisas são feitas.

Se a competição em escala global aumenta o emprego e a renda nas economias emergentes, pressiona tanto o emprego quanto os salários nos países desenvolvidos.

O trabalho está mudando para novos espaços: a cultura, o entretenimento, o esporte, o turismo, os serviços, e abrigando-se em novos e mais diversificados ambientes, e como muito bem apontado pelo senhor diretor geral, a ecologização do trabalho deve ser um componente chave para o futuro do trabalho.

Temos sim um grande desafio, inserir cada vez mais em nossas agendas as práticas sustentáveis, inclusive àquelas que se relacionam com o meio ambiente.

Mas não podemos esquecer que estas práticas devem estar necessariamente harmonizadas com a sustentabilidade das empresas e com a discussão de

diretrizes básicas que permitam uma transição justa.

Tudo isto representa um grande desafio para a proteção jurídica dos trabalhadores e empregadores.

Se o sistema normativo de proteção é muito rígido e detalhado, não terá a plasticidade ideal para adaptar-se, com a velocidade necessária às novas realidades, reduzindo o incentivo das empresas para empregar e ampliando o espaço do trabalho informal.

Parece claro que sistemas de proteção mais abertos e flexíveis tem mais sucesso em assegurar um maior dinamismo ao mercado, menores taxas de desemprego e oportunidades mais realistas para elevação dos salários e melhoria das condições de trabalho.

O nosso país tem uma tradição de regulação mais paternalista e estatutária das relações de trabalho, deixando pouca margem para a negociação.

O resultado é que convivemos com uma alta taxa de desemprego, um grande contingente de trabalhadores à margem da formalidade e de qualquer proteção efetiva e um excesso de judicialização de conflitos, com cerca de quase quatro milhões de ações trabalhistas a cada ano.

E essas não são características de relações de trabalho sustentáveis.

Estamos no presente empenhados numa tentativa de ampliar o espaço de negociação nas relações de trabalho, em consonância com as Convenções da OIT, sem sacrifício dos direitos substantivos, que estão protegidos pela Constituição Brasileira. Esperamos com isso diminuir a informalidade, incentivar o emprego e reduzir drasticamente os conflitos.





## Conselheiro técnico da delegação brasileira destaca participação do país

Na sua quarta participação da Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), o presidente da Fecomércio Paraná e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Darci Piana, avaliou como positiva a participação do Brasil.

Ele ressaltou a importância da continuidade nas próximas edições da conferência. Para isso, Piana avalia que os integrantes da delegação brasileira nos próximos anos precisa ser a mesma, o que permitiria a continuidade das discussões e a manutenção da memória das negociações. “O acompanhamento permanente é fundamental. São pessoas do mundo inteiro discutindo temas em mais de 90 idiomas. Precisamos ter empresários e profissionais capacitados dentro das comissões para debater os assuntos do nosso interesse”, aponta o vice-presidente da CNC. “Não podemos ficar de fora das discussões que afetam diretamente os nossos interesses comerciais como país”, complementa.

Conselheiro técnico da delegação brasileira das entidades patronais que esteve em Genebra, na Suíça, o empresário destacou os efeitos do pronunciamento realizado pelo presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que liderou a delegação. “Para nós brasileiros, valeu a participação. A repercussão foi muito boa entre os membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT)”, diz Piana.

Ainda, segundo o executivo, o discurso da embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, representante do Brasil na Organização das Nações Unidas em Genebra, também ganhou destaque no evento, por rebater as afirmações do secretário de Relações Internacionais da Central única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa. “As denúncias do representante da CUT, que tinha interesses partidários e não traduzia a realidade, trazia uma imagem negativa do Brasil. Foi fundamental a participação da embaixadora, que rebateu, para evitar maiores desdobramentos”, diz o presidente da Fecomércio Paraná.

Na edição 2016 da Assembleia Geral da CIT, Darci Piana ocupou a posição de delegado da comitiva brasileira das entidades patronais. Na ocasião, em seu pronunciamento, Piana, entre outros pontos, destacou a negociação coletiva como o mais fundamental dos instrumentos para a solução dos conflitos entre o capital e o trabalho.

**A comitiva da CNA foi composta também pelo presidente da Faerj, Rodolfo Tavares, presidente da Fecomércio Paraná, Darci Piana, assessor de Relações Internacionais, Thiago Masson; pelo coordenador da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência da CNA, Cristiano Zaranza; além dos assessores jurídicos Klauss Dias Kuhnen, da FAEP; Fernanda Fernandes, da Faeb; e Clemerson Pedrozo, da Faesc**

## Comitê de Normas

O presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio de Janeiro (Faerj), Rodolfo Tavares, foi o representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) das discussões do Comitê de Aplicação de Normas da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O comitê é o braço do órgão responsável por analisar a execução das normas trabalhistas internacionais de acordo com as convenções da organização.

Na avaliação de Tavares, as discussões servirão para direcionar o cumprimento da legislação trabalhista no país, que coincide com o debate da Reforma Trabalhista no Congresso Nacional. “É muito importante a nossa representação para o empresariado e para os produtores rurais, que mostram para a sociedade brasileira a pujança do agro e sua importância para a economia brasileira”, afirmou.

Segundo ele, um dos temas mais importantes da pauta do comitê de normas é a sustentabilidade das atividades a

partir do desenvolvimento das relações de trabalho. No caso da agropecuária, afirmou, o acompanhamento das discussões sobre o desenvolvimento destas normas aumentará a importância econômica e social do setor.



## Paz, estabilidade e economia verde são temas da OIT



A 106.<sup>a</sup> Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), presidida por Luis Ernesto Carles, ministro do Trabalho do Panamá, reuniu este ano um número recorde de participantes, cerca de 6 mil representantes de governos e organizações de empregadores e trabalhadores dos 187 países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram duas semanas de deliberações sobre questões relativas ao mundo do trabalho, incluindo a promoção da paz e da estabilidade em países emergentes de conflitos e economia verde.

A Conferência Internacional do Trabalho (CIT) adotou uma nova norma histórica sobre emprego e trabalho digno para

a paz e resiliência em 2017 para dar respostas a situações de crise contemporâneas causadas por conflitos e desastres, com atenção especial aos grupos vulneráveis da população, tais como crianças, jovens, mulheres e pessoas deslocadas.

A Conferência também aprovou uma resolução solicitando ao diretor-geral da OIT, Guy Ryder, para assumir um papel de liderança no reforço das parcerias internacionais para promover o novo padrão.

“A adoção de uma nova recomendação sobre o emprego e trabalho decente para a paz e a resiliência é muito significativo em diferentes níveis”, disse Ryder, no discurso de encerramento.

“É significativo porque demonstra inequivocamente que a OIT está pronta e disposta a atualizar seus padrões, tornando-os fortes e relevantes.”

Guy Ryder elogiou a “discussão frutífera” e “numerosas expressões de apoio ao Acordo de Paris”, para lembrar o público de que há “uma transição linear de uma economia poluente para uma economia verde”. Ele ressaltou o valor do diálogo social entre governos e parceiros sociais nessa transição: “O tripartismo produz benefícios”.

Este ano, o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil em 12 de junho, foi dedicado ao impacto dos conflitos e desastres sobre o trabalho infantil. A OIT nasceu em 1919 para alavancar os empregos no mercado mundial após a Primeira Guerra (1914-1919). Hoje, além de manter seu objetivo original, ela fomenta as relações de trabalho. Durante a CIT, as delegações discutem temas relacionados ao mundo do trabalho e definem as políticas gerais da OIT.





Rodolfo Tavares, presidente da Faerj, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo e Ágide Menequette

## Embaixadora rebate críticas da CUT

A embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, representante do Brasil na Organização das Nações Unidas em Genebra, rebateu, em seu discurso, as afirmações do secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa, que usou o palanque durante a 106.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça), para atacar o governo Temer como golpista, ilegítimo e ditador.

### Veja a íntegra do discurso da embaixadora:

O governo brasileiro está aberto a um diálogo franco e construtivo com os parceiros sociais. Neste espírito, gostaríamos de esclarecer os seguintes pontos mencionados pelo delegado dos trabalhadores.

1. A Emenda Constitucional 95 visa resolver os graves

desequilíbrios fiscais observados no Brasil, que estão na raiz da atual crise econômica. Sem esse ajuste, os desequilíbrios fiscais persistentes podem levar a um ciclo vicioso de baixo crescimento, alta inflação e desemprego crônico.

2. A modernização das leis trabalhistas, que datam de 1943, é essencial para fortalecer a negociação coletiva, tornando as regras claras e objetivas, de modo a aumentar a segurança jurídica e gerar emprego. A Constituição Federal do Brasil consagra uma grande quantidade de direitos trabalhistas para proteger os trabalhadores. O projeto de lei não altera nenhum direito constitucional. A jornada de trabalho semanal não vai mudar. As disposições relativas ao trabalho intermitente visam trazer à formalidade milhares de trabalhadores que atualmente não gozam de proteção social.

3. O governo brasileiro apresentou um projeto de emenda constitucional ao Congresso para reformar o atual sistema de segurança social. A proposta ainda está em consideração pelo Congresso Brasileiro e está

recebendo comentários da sociedade civil e sindicatos, entre outros.

4. O Brasil faz parte da Convenção 169 da OIT, adotada em 1989. 12% do nosso território foi demarcado para os povos indígenas. Além disso, outros 280 processos de demarcação estão em andamento. Embora reconhecendo que ainda há desafios à frente, estamos convencidos de que muito foi alcançado até agora no Brasil.

5. Há desafios significativos em relação aos efeitos ambientais e sociais da ruptura da barragem do Fundão. Estamos tomando todas as medidas, a nível federal e estadual, para garantir que as pessoas afetadas pela tragédia recebam a devida reparação e para remediar os impactos negativos sobre o meio ambiente.

6. Finalmente, deixe-me dizer que o diálogo social é forte no Brasil. Também são fortes nossas instituições, a liberdade de expressão e a liberdade de associação.

## Ministro do Trabalho defende sustentabilidade

Em seu pronunciamento, durante a 106.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça), o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destacou as políticas de proteção ao trabalhador em vigor como o abono salarial, o programa de complementação de renda criado em 1986 – beneficiando anualmente em torno de 20 milhões de trabalhadores –, o seguro desemprego, entre outros.



### Leia a íntegra do discurso do ministro:

Cumprimento todas as delegações presentes e agradeço ao diretor-geral da OIT, Guy Ryder, por seu relatório, que propõe a harmonização da Agenda do Trabalho Digno com a luta contra a mudança do clima.

O Brasil está firmemente comprometido com a sustentabilidade ambiental, um dos pilares da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável. Fomos, ademais, um dos primeiros países a ratificar o Acordo de Paris sobre Mudança do Clima.

Em 2016, na plenária da Conferência Internacional do Trabalho, registrei o compromisso do Ministério do Trabalho, em especial, com o ODS número oito, sobre trabalho digno e crescimento econômico. Não podemos ver esse objetivo de forma isolada, porém, pois a Agenda 2030 só pode ser compreendida adequadamente se interpretada de forma integrada e sistêmica.

O Brasil possui a matriz energética mais limpa entre os países industrializados, com mais de 45% de nossas fontes de energia provenientes de recursos sustentáveis. Na medida em que o Brasil recupere os postos de trabalho

perdidos na atual crise econômica – e já vemos sinais de recuperação – a tendência é registrar um aumento também nos empregos verdes.

Como ministros do Trabalho, temos um papel importantíssimo ao facilitar a adoção de políticas que promovam a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, seja por meio da qualificação profissional, das políticas de emprego ou da proteção social.

No Brasil, o governo se preocupa com o trabalhador, como demonstram políticas de proteção em vigor: o abono salarial, programa de complementação de renda criado em 1986, beneficiando anualmente em torno de vinte milhões de trabalhadores; seguro desemprego, programa de auxílio financeiro atendendo trabalhadores que perdem seus empregos; Programa de Seguro Defeso, para auxílio financeiro aos pescadores durante o período da desova; Programa de Seguro ao Emprego, para garantir emprego aos trabalhadores cujos setores foram afetados por crise econômica.

Em que pese o Brasil possuir programa de proteção ao trabalhador efetivos, precisamos avançar mais, pois o futuro do trabalho exige novos modelos de contratação, flexíveis o suficiente para se adaptarem às mudanças dos novos tempos.

A modernização da legislação trabalhista apresentada pelo governo, construída com base em amplo

diálogo social, foi fundamentada em três eixos: consolidar direitos, segurança jurídica e geração de empregos. A proposta encontra-se em discussão no Congresso Nacional, onde se realizaram 17 audiências públicas, sete seminários estaduais e mais de 40 reuniões, abertas à participação dos principais atores do mundo do trabalho e da sociedade.

No Brasil, no último dia 1.<sup>o</sup> de junho foi instalado o Conselho Nacional do Trabalho (CNT), reivindicação de décadas dos trabalhadores, sendo atendido nesse momento. Trata-se de fórum formal de representação tripartite, cujo objetivo é aprofundar o diálogo social para o mundo do trabalho, na perspectiva da realidade presente como futura. O conselho tem caráter propositivo, de acompanhamento, podendo pronunciar-se sobre todos os temas relacionados ao mundo do trabalho.

Nesta oportunidade, aproveito para reafirmar minha mais alta consideração por esta Organização, da qual o Brasil é membro fundador, cuja solidez e importância faz repousar sobre ela grandes responsabilidades, devendo preservar sua natureza estritamente técnica e especializada.



**Confira as fotos da delegação brasileira durante a 106ª Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), realizada na sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça.**



# Transformando herdeiros em sucessores

Programa do SENAR-PR ajuda no planejamento sucessório na gestão de propriedades



## HERDEIROS do CAMPO

Transformando herdeiros em SUCESSORES

SISTEMA FAEP



Após muito estudo, contratação e capacitação de instrutores e experiência com turmas piloto em cinco regionais, o SENAR-PR desenvolveu o Programa Herdeiros do Campo. O objetivo é trabalhar um dos problemas que afeta empreendedores de todas as áreas, inclusive o produtor rural: a sucessão familiar.

O Herdeiros do Campo desperta as famílias para o planejamento sucessório nas dimensões patrimônio, família e empresa. “Como uma instituição de representação e capacitação de produtores rurais estamos trazendo o tema e informações importantes para que o produtor rural e sua família possam buscar a melhor solução com seus pares”, afirma

o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette.

O assunto atinge produtores de todos os tamanhos e regiões e requer propostas inovadoras e criativas, pois é um fenômeno novo. “Mais estritamente falando, sucessão familiar representa, sobretudo, um ‘rito de passagem’, a transferência da administração do negócio ou da empresa, do imóvel e sua atividade principal, de um responsável para outro, assim preservando a continuidade do negócio”, explica o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli Neto

Não há receita pronta. O tema é complexo e não se resolve com um documento jurídico. Se assim fosse, inventários não durariam anos para se resolver. Sim, o ju-





rídico/tributário faz parte, mas não é tudo para o sucesso do planejamento sucessório. “O que o SENAR-PR quer é trazer informações aos produtores, para permitir que olhem para dentro de sua família, para as questões jurídicas (patrimônio) e para o negócio (empresa, gestão). Somente dessa forma, teremos uma sucessão tranquila e, conseqüentemente, um agronegócio cada

vez mais forte e profissionalizado”, diz a coordenadora do Programa e técnica do SENAR-PR, Luciana Matsuguma.

O diferencial do programa é que, embora o SENAR-PR já trabalhe com jovens, mulheres e homens atendendo à família rural, no Herdeiros do Campo, a família é atendida ao mesmo tempo. O programa exige a participação de duas gerações.

## Metodologia

A carga horária inclui cinco encontros, cada um com oito horas, e uma orientação por família com um especialista, durante duas horas. Ao longo das aulas, temas como sucessão e governança na empresa rural, visão estratégica, mediação de conflitos e planejamento sucessório são debatidos.

## Como são os encontros

### 1.º Aspecto jurídico da sucessão

Apresenta o primeiro passo para a sucessão familiar e as ferramentas jurídicas existentes para o processo (doação, usufruto, holding e testamento).

### 2.º e 3.º Encontros abordam a gestão empresarial

O objetivo é unir as gerações para olharem juntos para o negócio no presente e sua viabilidade no futuro.

### 4.º Encontro trata de relacionamentos e confiança

A importância das relações e o diálogo, a confiança e como lidar com os conflitos.

### 5.º Plano de ação

Uma revisão de todos os temas tratados nos encontros anteriores, com o objetivo de fornecer elementos para a construção de um plano de ação (pontapé inicial) para o início do planejamento sucessório. E depois uma orientação do plano construído com cada família.

**HERDEIROS  
doCAMPO**  
Transformando herdeiros em SUCESSORES

## Inscrição

O programa é voltado para produtores proprietários de imóveis e suas famílias. O curso não tem custo adicional para os participantes. Os interessados devem procurar o sindicato rural do município, para que esse ne-

gocie com o SENAR-PR a abertura de turmas com, no mínimo, dez famílias.

No ano passado, o programa ocorreu, no formato piloto, em Astorga, na região Norte; Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro; Toledo, no Oeste; em Realeza, no Sudoeste; e Rio Negro, no Sudeste do Estado. Os resultados

obtidos com os encontros em 2016 mostraram que o Herdeiros do Campo é uma ferramenta eficaz para a implantação de um plano de ação que norteie a sucessão familiar.

**Conheça as histórias de três famílias participantes do projeto piloto nas próximas páginas.**



# Uma nova história

O processo de sucessão familiar, quando Celiomar Dallagnol passou a administrar a propriedade de 62 hectares no município de Realeza, Sudoeste paranaense, não foi dos mais tranquilos. “Meu pai era fechado. Decidia as coisas e pronto. Ele passou a propriedade para mim no ‘tranco’. Não tive o preparo que o meu filho está recebendo”, recorda Celiomar.

Agora ele busca um processo diferente. Celiomar, a esposa Dioniles e o filho Henrique foram buscar conhecimento para uma transição mais tranquila. O diálogo, aprimorado ao longo do programa Herdeiros do Campo, é o principal mecanismo para a continuação da propriedade rural da família Dallagnol. “Hoje a gente conversa e define junto”, reafirma o patriarca.

Os frutos dos conhecimentos repassados ao longo do curso já estão se transformando em projetos reais na propriedade aonde numa área de 44 hectares produzem milho e soja no

verão e aveia e trigo no inverno. O restante é pasto para os 60 animais, sendo 30 em lactação. A produção é de 12 litros de leite por dia por animal. Até mesmo as dúvidas em relação à parte jurídica foram sanadas nas aulas. “A gente estava fazendo a escritura da propriedade e aprendemos no curso, na parte de leis, que o ideal é fazer uma doação”, diz Celiomar, que explicou à filha caçula os motivos de Henrique, o primogênito, ter sido o escolhido como sucessor. “A Endianara participou de todo o processo. Nós explicamos tudo, para ela saber o que está acontecendo e evitamos problemas na família.”

O sucessor Henrique, com diversas capacitações do SENAR-PR no currículo como o Programa Empreendedor Rural (PER), reconhece a transformação que o curso trouxe para sua vida. “Muitas vezes, eu não ficava sabendo o que meu pai fazia. Agora eu participo de tudo, tanto operacional como estratégico, para saber fazer quando for o sucessor. Você sai com outra visão do negócio”, destaca.





# Definindo o sucessor

Pai de três filhos, Nelson é o patriarca da família Leceux. Em 1973, este gaúcho desembarcou em Santa Izaabel do Oeste, região Sudoeste, ao lado do pai, também agricultor.

Formado em Administração, o filho Rodrigo Leceux voltou para casa após sete anos trabalhando em uma granja e, hoje, ao lado do pai, administra a propriedade de 77 hectares. “Decidi voltar para ajudar o pai que não dava conta”, ressalta.

Foi durante o Herdeiros do Campo que Nelson definiu, entre os três filhos, que Rodrigo será o sucessor do negócio. “A ideia é sentar com os outros dois e mostrar a situação antes e depois de o Rodrigo voltar para a propriedade. Com a chegada dele, traçamos o perfil para a empresa rural. Aumentou a produção e o capital”, explica Nelson.

Outro ganho conseguido com a capacitação foi a administração de conflitos, algo tradicional quando envolve

gerações diferentes. “Eu e meu filho não somos iguais. O curso ajudou a identificar os pontos fortes e os fracos de cada um e, assim, cada um pode usar o melhor do outro para complementar as ações”, aponta Nelson.

Rodrigo viu no Herdeiros do Campo uma oportunidade para trabalhar os projetos que tem em mente para a pecuária leiteira, que é o forte do negócio, com os anseios do pai. “O curso é bom para as duas gerações. Agora todos sabem que a família precisa servir a empresa para o negócio prosperar. Do contrário, gera problema”, diz.

Na propriedade são 75 animais que produzem 850 litros de leite por dia. Além disso, sete hectares são cobertos com milho para produção de silagem para os animais. “Muitas vezes, as pessoas mais velhas, não por maldade, mas por desconhecimento, tomam atitudes erradas. O curso permite agregar conhecimento para realizar as melhores escolhas”, avalia Rodrigo.



# Três gerações e a certeza de continuar no campo

Há três gerações, a família Mazur cultiva soja, milho, feijão, tabaco, batata e cebola na comunidade Laranjal, a 12 quilômetros de Rio Negro, região Sudeste do Paraná. O legado começou com o avô Eduardo, natural de Campo do Tenente,

a 22 quilômetros de Rio Negro. Ligado a terra, o descendente de imigrantes poloneses sempre incentivou os três filhos desde pequenos a trabalhar na propriedade, mas apenas Antônio permaneceu na atividade. “Nós precisamos dos filhos para dar a continuidade do negócio”, observa Eduardo. Apesar da idade avançada, Eduardo ainda continua na labuta.

Os netos Marcos Antônio e Fabiano Mateus seguem os passos do avô e do pai Antônio, na propriedade de 62 hectares. “Sempre tivemos a preocupação de manter os nossos filhos na propriedade rural”, afirma Antônio.

Marcos Antônio já está cheio de certeza sobre o seu futuro. “Quero continuar trabalhando no campo.” Foi no programa Herdeiros do Campo que ele passou a ter um novo olhar sobre a propriedade rural e a valorizar mais a patrimônio da família. “Não me imagino fazendo outra coisa e, depois do curso, o meu objetivo é elevar a produtividade das nossas lavouras. O trabalho no campo é remunerador, basta ter vontade de trabalhar”, revela o jovem.





# Mobilidade verde

Metas da União Europeia estimulam o uso de fontes renováveis, tanto no transporte quanto no setor elétrico

Por André Amorim



Um dos pontos relevantes observados pelos integrantes da viagem técnica organizada do Sistema FAEP/SENAR-PR à Alemanha, Áustria e Itália é o uso das energias renováveis na mobilidade. A União Europeia estabeleceu metas que deveriam ser cumpridas a partir de 2010 para o uso de fontes renováveis, tanto no transporte quanto no setor elétrico.

No que se refere ao abastecimento da rede elétrica, em 2015, a Itália já tinha 17,5% de sua matriz oriunda de fontes renováveis, enquanto que a meta estipulada pela UE era de 11,2%. Nos transportes, porém, o uso de combustíveis verdes ainda está abaixo da meta.

Para atender à legislação, o biometano (produzido pela filtragem do biogás) é estratégico. “Praticamente não tem cadeia de biocombustíveis na Itália. O biometano é a única cadeia possível”, afirma Riccardo Wondsrich, relações públicas do Consórcio Italiano de Biogás, entidade que representa o setor de biogás no país europeu. Segundo ele, esse combustível é fundamental para a independência energética italiana, uma vez que sua produção de metano fóssil atende apenas 15% da sua demanda. Os 85% restantes são importados da Rússia.

Diante dessa necessidade, o governo italiano vem incentivando a produção de biometano, tanto para alimentar automóveis quanto para atender a demanda energética de indústrias e residências.

Na opinião de Rafael Gonzalez, diretor de desenvolvimento tecnológico da CIBiogás, entidade que desenvolve tecnologias para o biogás, um dos pontos mais interessantes da iniciativa é promover uma mudança na lógica que determina o percentual de biocombustíveis na matriz energética de mobilidade. Com esse programa, o percentual de biocombustíveis, como etanol, biodiesel e biometano, nos combustíveis fósseis passará a ser medida conforme as metas de redução de emissões de gases geradores do efeito estufa e não mais percentuais fixos. “Esse é o mesmo modelo utilizado em outros países europeus, que tende a fortalecer a utilização dos biocombustíveis”, observa.

## Regulação

Outro paralelo que foi possível traçar entre a situação europeia e brasileira foi a diferença dos modelos de regulação energética. Na Europa, a energia gerada nas propriedades rurais é injetada na rede de distribuição e comercializada diretamente com as empresas concessionárias. Essa energia tem um valor fixo por kWh, que pode variar conforme a fonte de geração, recebendo subsídios ou não.

“Esse modelo europeu foi importante para o crescimento das energias renováveis no continente por dois motivos. Primeiro por prever na legislação uma diferenciação das modalidades de subsídios, principalmente para os que produzem biogás a partir de resíduos. O segundo ponto é a flexibilidade da legislação em se adaptar às necessidades que o setor exigia”, observa Gonzalez.

No Brasil, o uso do biogás na mobilidade vem sendo incentivado de forma tímida. Neste ano, o governo federal lançou o programa Renovabio, que estabelece um novo arranjo dos biocombustíveis no país. Mas o alto custo de implantação do sistema e a burocracia para vender a produção de energia excedente acaba afugentando os interessados em transformar passivo ambiental em bioenergia no país.

# Energia Limpa

## Modelo austríaco utiliza resíduos para produção de biogás, aliando autossuficiência energética e respeito pelo meio ambiente



“Quando se desliga a energia verde, se promove a energia nuclear.” A frase estampada em um biodigestor da empresa Energie Versorgung Margarethen (EVM), localizada na cidade de Margarethen am Moos, a 40 quilômetros de Viena, traduz bem a estratégia adotada na Áustria para tornar sua matriz energética cada vez mais limpa e sustentável. Atualmente, 75% da energia vêm de fontes renováveis, principalmente eólica e hidrelétrica. Assim como na Alemanha, primeiro país visitado pela delegação paranaense, reduzir a dependência de fontes poluentes é uma prioridade no país europeu.

Uma das iniciativas de maior expressão nesse sentido é a EVM, considerada a maior usina de biogás da Áustria, com uma produção diária de 30 mil m<sup>3</sup> de biogás. Diferente das plantas visitadas por produtores e lideranças rurais paranaenses na Alemanha, ela utiliza exclusivamente resíduos para a produção do combustível, como hortaliças impróprias para consumo e dejetos de cavalos.

Além da fonte de matéria-prima para geração de energia, o modelo de negócio adotado pela EVM chama a atenção pelo foco na produção de biometano, que é injetado na rede estatal de distribuição de gás. O biogás é filtrado e transfor-

mado em biometano, combustível semelhante ao gás natural. A legislação austríaca exige um nível de pureza do biometano de 90%. No Brasil essa exigência é de 96,5%.

Dois terços da produção de biogás da empresa são transformados em biometano e um terço é convertido em energia elétrica, alimentando uma planta com capacidade instalada de 3 mWh, e injetando o restante na rede de distribuição elétrica. Essa divisão tem explicação econômica. Para cada kWh comercializado na rede elétrica, a EVM recebe 6 centavos de euro, enquanto que cada metro cúbico de biometano é comercializado por 60 centavos de euro. Mensalmente, a venda desses insumos rende à empresa cerca de 250 mil euros.

A legislação austríaca premia a geração de energia verde, remunerando de forma diferenciada a produção proveniente de fontes renováveis.

Nada é desperdiçado na EVM. A energia térmica resultante do processo de conversão do biogás é aproveitada para aquecimento da propriedade durante o rígido inverno austríaco. Até

mesmo o gás carbônico (CO<sub>2</sub>) resultante da purificação do biogás é armazenado e canalizado até uma estufa próxima onde há produção de hortaliças. O CO<sub>2</sub> pode ser usado para otimizar a fotossíntese das plantas, aumentando a produtividade, além de reduzir momentaneamente o pH do solo quando aplicada na água de irrigação, ajudando na absorção de micronutrientes. O gás também é aproveitado por uma empresa de água gaseificada.

O biofertilizante resultante do processo de biodigestão é entregue aos produtores rurais da região, que pagam 5 euros por tonelada do produto, que corresponde apenas ao custo do frete. Por dia são produzidas 200 toneladas de biofertilizante.

No que se refere à legislação ambiental, a empresa tem algumas restrições quanto ao uso de insumos com forte odor, o que impede a utilização de dejetos de perus que existem nas proximidades. Também foi necessário impermeabilizar toda a planta para que não haja contaminação do solo com isso. A água da chuva é aproveitada no biodigestor.

Apesar de ser uma das maiores empresas de energia renovável da Áustria, a EVM tem apenas cinco funcionários atuando na planta energética.





“Na Europa, pudemos ver que mesmo com as limitações impostas pelo clima e pela topografia de seus solos, com uso da tecnologia e políticas públicas bem definidas conseguiram assegurar o desenvolvimento sustentável voltado às necessidades da população, encontrando no biogás uma alternativa renovável para a geração de energia.”

**Luiz Carlos Frigo**, presidente do Sindicato Rural de Japurá



“É muito marcante nos três países que visitamos a busca incessante dos produtores e das propriedades para usufruir o máximo das possibilidades para produzir energia, recuperar dejetos, transformá-los em fertilizantes e biogás, buscando sempre a máxima eficiência na utilização sustentável dos recursos que a propriedade ou a região permite.”

**José Antonio Borghi**, presidente do Sindicato Rural de Maringá



“Viagem muito oportuna. Vimos na Europa a necessidade de que eles têm de gerar energia pela opção do biogás e outras energias alternativas, tais como placas solares. Me chamou muito a atenção a qualidade de vida na Áustria e na Alemanha, países fantásticos que têm grande necessidade de energia renovável.”

**Ivonir Lodi**, presidente do Sindicato Rural de Medianeira



“O nível de tecnologia presente no campo chama muito a atenção, além do uso de alimentos nobres para a geração de energia. A produção de eletricidade a partir do uso do biogás é um modelo que devemos levar para nossos colegas agricultores e prefeitos, para otimizar a geração de renda no campo e de energia. Já estou articulando levar o conhecimento aqui para o governo municipal, para buscarmos alternativas para sua implantação na minha região.”

**Lourival de Goes**, presidente do Sindicato Rural de Ivaiporã



“A viagem tem sido espetacular. Sem dúvida temos muito potencial para produzir a energia renovável, maior do que grande parte dos países, mas o desafio é envolver os diferentes setores para articular sua implantação no Brasil.”

**Ricardo Wolter**, presidente do Sindicato Rural de Carambeí



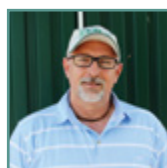
“A dependência que eles têm da energia nuclear e gases derivados de petróleo, principalmente da Rússia, é um problema, dada a questão da contaminação ambiental, dos conflitos territoriais, políticos e sanções à Rússia pela União Europeia. Então estamos vendo que a demanda tem sido resolvida com a produção de energia a partir do biogás e da biomassa, principalmente advindo de esterco animal e culturas agrícolas. O grande desafio do futuro será essa geração de energia a um custo compatível.”

**Osmar Bertoli Junior**, presidente do Sindicato Rural de Ubitatã



“A gente vê que aqui o pessoal aproveita tudo o que tem na agricultura. Não desperdiça nada. E o que mais me chamou a atenção foi o uso do motor a oxigênio, tecnologia bastante antiga, mas ainda utilizada aqui para a produção de energia, aliando o novo ao velho.”

**Valdemar Kaiser**, presidente do Sindicato Rural de Mal. Cândido Rondon



Vimos diversos tipos de energias renováveis e a experiência foi muito importante para meu grupo de produtores, mas os modelos apresentados ainda não se encaixam diretamente em nosso modelo de negócio. Mas foi muito interessante conhecer as outras modalidades de aproveitamento de resíduos e tecnologias. Vamos levar essas ideias aos produtores para juntos trabalharmos a melhor maneira de adaptá-las e aplicar as tecnologias na minha região.”

**Fernando Tavares Ferreira**, presidente do Sindicato Rural de Tuneiras do Oeste

# Diversidade rural

Propriedade italiana alia agricultura, pecuária, geração de energia e turismo



A diversificação das atividades em uma mesma propriedade rural é um caminho que muitos produtores brasileiros já aprenderam a trilhar. Na Fazenda Glinzhof, do austríaco Manfred Jud, localizada na região do Tirol, no Norte da Itália, a lição também se aplica, com a diferença de que lá a produção de energia renovável também faz parte do pacote de atividades.

Localizada em uma região montanhosa a 1,5 mil metros de altitude, ele possui 16 hectares destinados à produção florestal. Em outros 16 hectares, Manfred concentra plantação de forrageiras, pecuária de pequeno porte, turismo rural e geração energética. A ideia surgiu quando Manfred percebeu que a propriedade, que está em sua família há mais de 400 anos, não seria mais viável economicamente apenas com a agricultura. Foi quando iniciou as melhorias no espaço físico para receber turistas, que aproveitam tanto as temporadas de inverno e verão. A geração de energia renovável veio na sequência, com o objetivo de tornar a propriedade sustentável, gerando economia e utilizando esse ele-

mento como apelo turístico.

Na parte da pecuária, Manfred possui 16 bovinos de corte. A carne é consumida exclusivamente dentro da propriedade, numa média de 12 abates por ano. A fazenda mantém ainda 30 galinhas. Uma pequena horta orgânica completa o pacote de subsistência da propriedade, que tem capacidade para receber 30 hóspedes a um preço de 120 euros por pessoa por dia. Por ano, Manfred recebe cerca de 4 mil turistas.

Sua área florestal também é voltada para o uso na propriedade. Em uma pequena carpintaria, o agricultor utiliza a madeira, principalmente dos abetos que crescem na região, para efetuar pequenas reformas na pousada. A legislação italiana permite a extração de apenas 200m<sup>3</sup> de madeira por ano, o que equivale a um hectare de floresta. Deste total, 10% são destinados a uma usina de biogás que gera energia por meio da queima de cavacos de lenha, em um processo conhecido como pirólise.

A produção do gás combustível ocorre em uma câmara de gaseificação, na qual a madeira é aquecida a



uma temperatura de 1.000° C, em um ambiente com alta pressão e ausência de oxigênio, resultando na produção de 90kWh de energia elétrica e 220kWh em energia térmica. Para esta operação, Manfred consome 3 mil m<sup>3</sup> de madeira por ano. Depois da gaseificação, sobram 2% de cinzas que são utilizados como fertilizante nas lavouras.

Como não tem condições de produzir toda essa madeira, Manfred compra 90% da matéria-prima de vizinhos. A injeção da energia elétrica na rede de distribuição local lhe garante uma renda de 28 centavos de euro por kWh, valor subsidiado pelo governo, uma vez que o custo de mercado desta energia é de 17 centavos. Segundo o produtor, são comercializados anualmente 720 mil kWh, proporcionando uma renda de 90 mil euros, sem contar a economia que obtém com a energia utilizada para suprir totalmente a demanda da propriedade.

Ele também gera eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos, num total de 30kWh. Essa energia é vendida a uma taxa de 48 centavos de euro por kWh. Para construir a estrutura de geração de energia, Manfred gastou 1 milhão de euros. Para essa operação, não houve subsídios governamentais.

## Diferentes modelos

A visita à Fazenda Glinzhof fez parte do roteiro da viagem técnica organizada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR, que passou pela Alemanha, Áustria e Itália para conhecer a relação entre a geração de energias renováveis e a produção rural.

Na opinião do presidente do Sindicato Rural de Maringá, José Antônio Borghi, o modelo da fazenda Glinzhof é interessante no que se refere à identificação das potencialidades da diversificação. “Porém, temos que ter em mente que as necessidades deles e as nossas são diferentes”, observa. Para Borghi, os modelos de geração de bioenergia renovável encontrados em alguns países da Europa, que utilizam muitas vezes até matérias-primas nobres para geração de energia, não se aplicam no Brasil. “Nosso problema são os resíduos, principalmente de animais, restos de cultura, inclusive o lixo urbano, que poderiam ser utilizados para a produção de energia e adubo orgânico. Fazendo com que sua propriedade seja autossuficiente. É aí que está o nosso potencial”, observa.



Manfred Jud



# Produção sustentável

O sistema holandês que deu certo em uma propriedade nos Campos Gerais

Por Cynthia Calderon



Jan Haasjes em sua propriedade nos Campos Gerais

Não foram apenas os tamancos e o sotaque que Jan Haasjes manteve de sua terra natal, a Holanda. O espírito de solidariedade do pequeno país e a tecnologia vieram na bagagem deste holandês, que aos 20 anos se aventurou sozinho para o Brasil e aportou na região dos Campos Gerais, com informações de uma colônia que se desenvolvia na pequena Carambeí. Foi recebido na Colônia Castrolanda no momento em que a soja começava a ganhar espaço no Paraná.

Na Holanda, a família de Haasjes estava ameaçada de desapropriação pela prefeitura, algo que nunca se concretizou. Mas foi o empurrãozinho que faltava para que o jovem técnico agrícola fosse explorar outros lugares. À época, o Brasil despertava interesse porque era o “país do futuro”. Primeiro, Haasjes comprou, em 1973, a Chácara Marujo, em Castro. Depois, em 1980, a Granja Rio Taquara, que fica às margens do Rio Iapó. “Os holandeses são especialistas – por necessidade – no cultivo em áreas úmidas”, afirma o produtor.

A escassez de recursos naturais, as características culturais e o pequeno espaço territorial são fatores que fizeram da Holanda um país que investiu na tecnologia para

o desenvolvimento da sua agropecuária. Foi aproveitando esse conhecimento que Haasjes fez da Chácara Marujo uma referência e sua fama ultrapassou o perímetro de Castro pela sua diversificação e alta tecnologia. Atualmente, o produtor está testando um trator movido a biometano. Mas essa não é a única invenção da propriedade, na qual tudo é aproveitável.

## Biofertilizantes

Os dejetos gerados pela criação de suínos na propriedade viram biofertilizantes, que são aproveitados na lavoura de grãos. A aplicação do biofertilizante líquido é feita por um injetor construído pelo mecânico holandês Fjodor Van Gastel, que há mais de 10 anos trabalha na propriedade. O equipamento segue o modelo holandês, adaptado ao solo brasileiro. Assim, ele reduziu o uso de adubo químico e a perda de nitrogênio de 80% para 20%, o que deixa o solo mais fértil. Os resíduos produzidos pelos animais (fertilizante NPK líquido) têm um valor estimado em R\$ 400 mil/ano.

Haasjes recebe sete toneladas por dia de dejetos



vindos de outras propriedades da região, que são transformados e utilizados na lavoura de soja, milho e culturas de inverno.

As áreas de Haasjes têm 800 hectares. Na granja são 850 matrizes. Haasjes faz o ciclo completo e, em um dos quatro locais de produção, ele tem compostagem para a produção de substrato para o cultivo de cogumelos.

## Champignons de Paris

A ideia da produção de cogumelos do tipo Champignons de Paris também veio da Holanda, um dos maiores produtores mundiais. O cultivo do fungo tem alta rentabilidade e necessita de pouco espaço para a produção, e está ganhando mercado como uma fonte alternativa de proteína. O desafio é a concorrência chinesa, que coloca conservas a preços muito baixos.

Para a produção dos cogumelos, o importante é ter controle de temperatura, umidade e ventilação. Para isso, Haasjes novamente recorreu aos compatriotas. As quatro estufas destinadas ao cultivo utilizam um sistema desenvolvido na Holanda. O fungo necessita de um substrato para se desenvolver. Haasjes percebeu que já dispunha da matéria-prima para isso e passou a se dedicar à produção do substrato a partir de dejetos de suínos e outras matérias-primas. Virou fornecedor para outros produtores.

## Biodigestor

O biodigestor utilizado por Haasjes, importado da Alemanha, permite trabalhar com sólidos fibrosos, gorduras e resíduos industriais. Os dejetos de suínos são canalizados para o biodigestor e processados, formando o biogás que é utilizado para aquecimento das granjas, secagem de grãos e geração de energia elétrica. “Não é preciso sair do Paraná para se conhecer o sistema alemão”, brinca.



## Diversidade

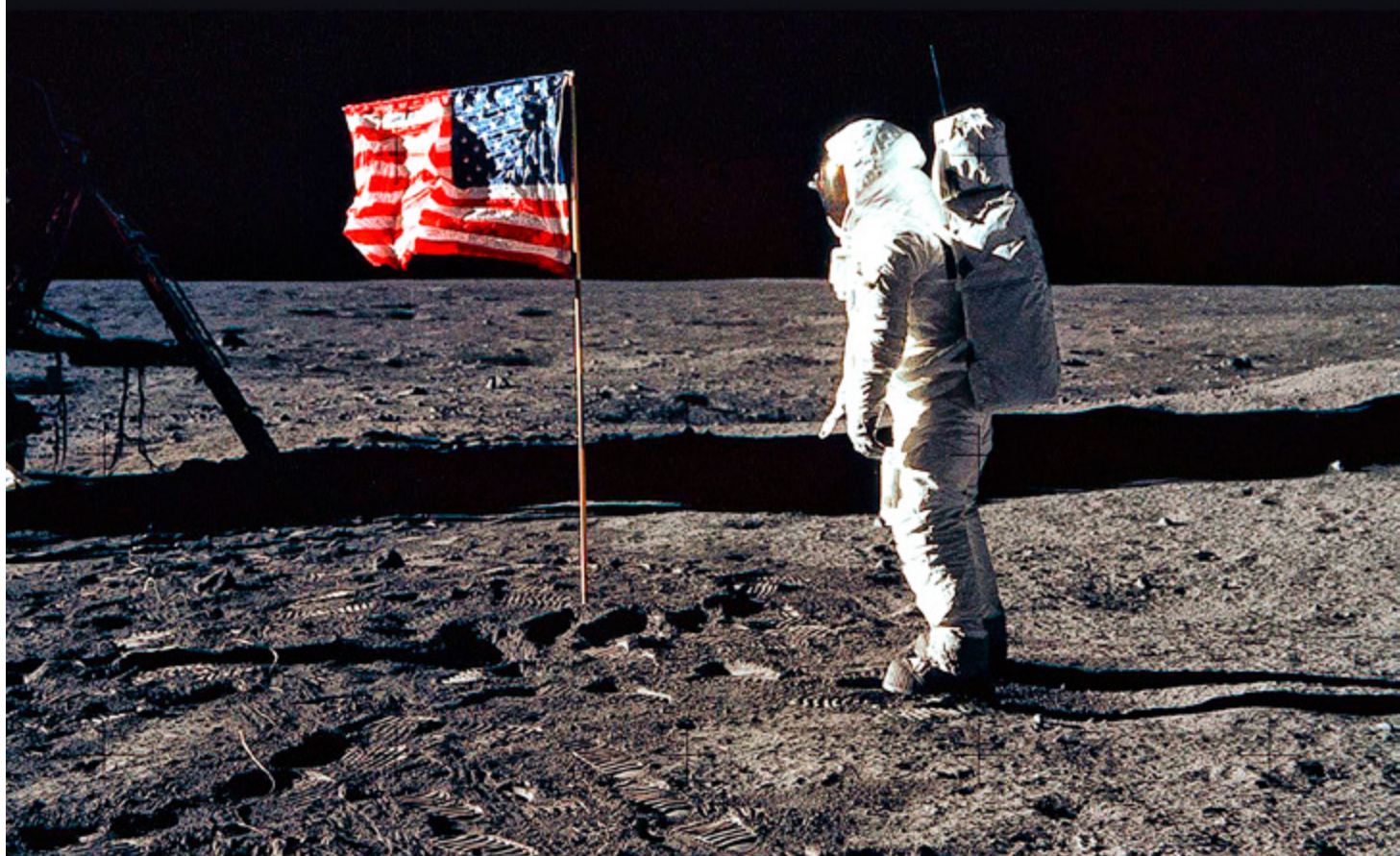
Haasjes explica que investe constantemente em novas tecnologias, pesquisa e desenvolvimento. Ele reforça que benefícios das boas práticas ambientais são inúmeros, como o “uso racional do biogás numa época de preocupações energéticas, aumento da renda na área rural, geração de emprego e sustentabilidade agropecuária já que mais gás significa menos poluição”. Mesmo com tantos argumentos positivos da produção sustentável e o alto investimento, a Chácara Marujo esbarra em um grande problema: a legislação brasileira. Haasjes poderia fornecer energia para as propriedades da região e gerar renda e uma energia mais limpa. Porém, no Brasil, por conta de a matriz energética estar fundamentada na hídrica, não se incentivou da mesma forma a geração de novas formas de eletricidade. As limitações como custo, capacidade limitada para o desenvolvimento de projetos e restrições de barreiras regulatórias também não despertam o interesse do setor privado.

Uma segunda alternativa poderia ser a geração do biometano, produto equivalente ao GNV. Mas para viabilizar um projeto de refino do biogás é necessária uma escala mínima, que a propriedade não pode alcançar sozinha. Seria necessário conectar os diversos biodigestores da região com um gasoduto, para alcançar uma escala mínima viável. Mas a construção deste (bio)gasoduto esbarra nos entraves da legislação. É permitido somente às concessionárias detentoras do direito de distribuição de gás natural construir dutos.

## Fontes Renováveis



# A CONQUISTA DA LUA





# CORRIDA ESPACIAL ENTRE EUA E UNIÃO SOVIÉTICA ACELEROU AVANÇOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS QUE PERMITIRAM AO HOMEM POUSAR EM SOLO LUNAR



*Armstrong foi o primeiro astronauta a pisar na Lua*

“É um pequeno passo para o homem, um salto gigantesco para a humanidade.” Com esta frase célebre, o astronauta norte-americano Neil Armstrong (1930-2012) marcou a chegada do homem à Lua em 20 de julho de 1969. A imagem de Armstrong pisando em solo lunar foi transmitida por emissoras de televisão em todo o mundo. E garantiu a virada dos Estados Unidos na corrida espacial que travava com a ex-União Soviética desde os anos 1950.

Se os soviéticos tinham lançado o primeiro satélite artificial, o Sputnik, em 4 de outubro de 1957; enviado o primeiro ser vivo ao espaço, a cadela Laika, em 3 de novembro de 1957; e colocado o primeiro homem – Yuri Gagarin (1934-1968) – em órbita da Terra no dia 12 de abril de 1961, os norte-americanos conseguiram o feito de serem os primeiros a chegarem à Lua. Vale lembrar que Gagarin também deixou para a história outra frase famosa após seu voo: “A Terra é azul”.

A disputa entre EUA e a ex-União Soviética pela supremacia na exploração e no desenvolvimento de tecnologia espacial serviu de pano de fundo para a disputa entre as então duas superpotências, que travavam uma queda de braço pelo controle mundial, conhecida como Guerra Fria. Entre 1957 e 1975, a rivalidade entre os dois países focou em atingir pioneirismos na exploração do espaço. Tanto norte-americanos como soviéticos apos-



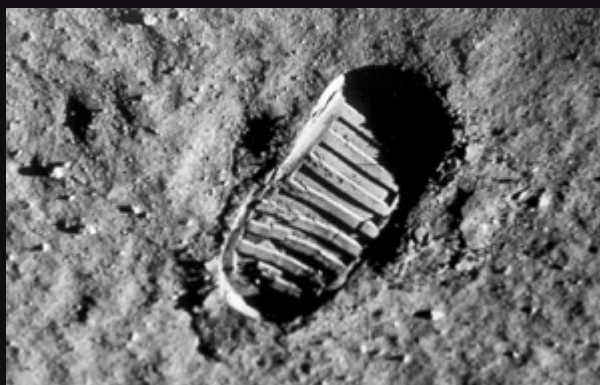
*Neil Armstrong, Michael Collins e Edwin Aldrin*

tavam na conquista espacial como símbolo da superioridade tecnológica e ideológica de cada país.

A disputa espacial teve suas origens na corrida armamentista entre EUA e União Soviética após o fim da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Soviéticos e norte-americanos se apossaram de tecnologia e capturaram especialistas alemães em foguetes. A Alemanha de Hitler trabalhava no desenvolvimento de mísseis de longo alcance. Essa tecnologia serviria de base para os futuros foguetes. Um dos principais projetistas alemães, Wernher von Braun (1912-1977), participou do programa de mísseis balísticos e espaciais dos EUA. A Nasa, agência espacial norte-americana, foi criada em 1958.

Se nos primeiros anos da disputa espacial os EUA tiveram de correr contra o tempo para alcançarem os soviéticos, com o lançamento da Apollo 11, o país finalmente deu um passo à frente. A espaçonave foi lançada em 16 de julho de 1969, do Cabo Canaveral, na Flórida, e era tripulada pelos astronautas Neil Armstrong, Edwin Aldrin e Michael Collins. A nave pousou na superfície lunar no dia 20 de julho. Armstrong teve o privilégio de ser o primeiro ser humano a caminhar na Lua.

Nos anos seguintes, outras missões tripuladas chegaram ao satélite natural da Terra. A corrida espacial acelerou avanços científicos e a criação de tecnologias. Muitas chegaram ao dia a dia da população.



*Registro da pegada de Armstrong no solo lunar*

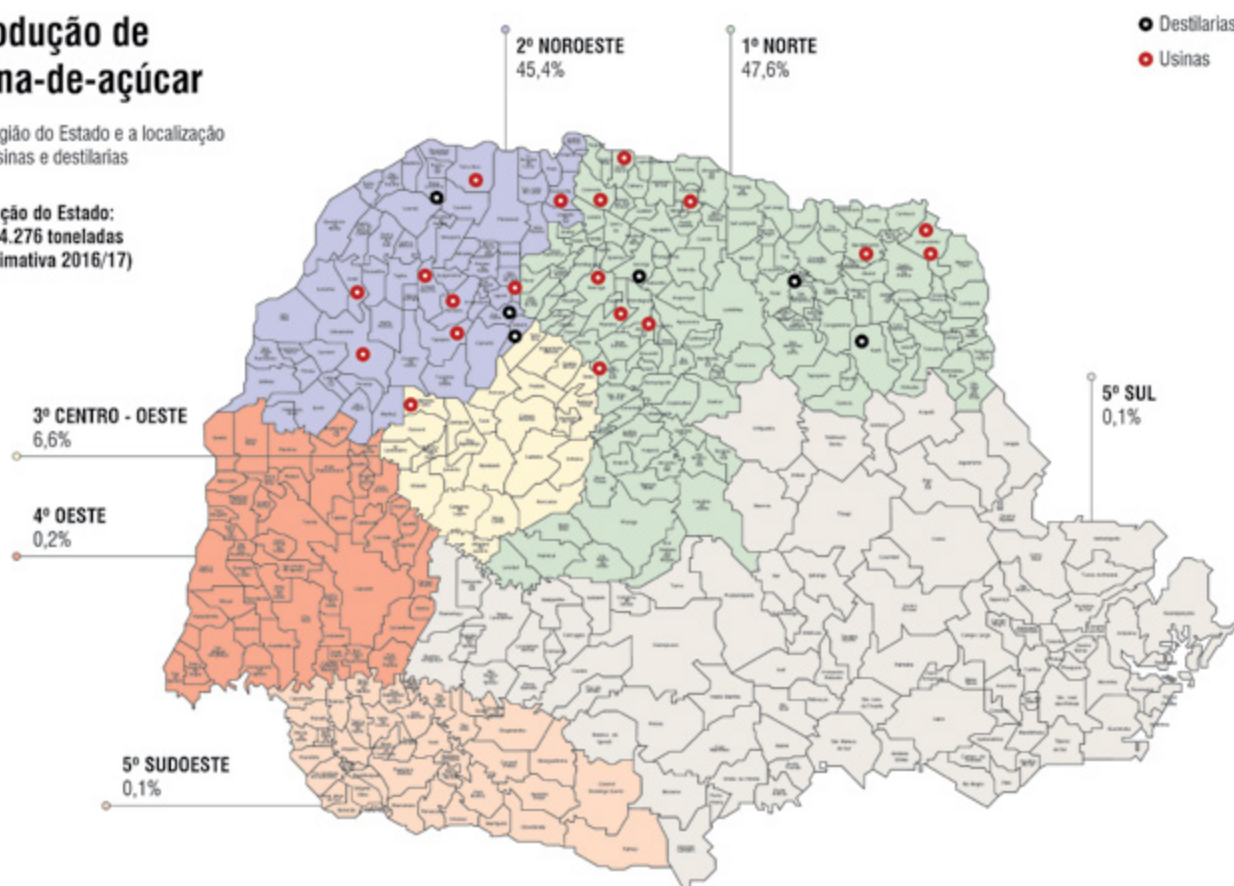
# Trilhos e rodas viabilizam escoamento da cana-de-açúcar

Enquanto a distância entre campo e usina é percorrida de caminhão, transporte até o Porto de Paranaguá ocorre por ferrovias

## Produção de Cana-de-açúcar

Por região do Estado e a localização das usinas e destilarias

Produção do Estado:  
51.024.276 toneladas  
(\* estimativa 2016/17)



Os treminhões, caminhões com três reboques que chamam a atenção de quem percorre as estradas do Paraná pelo longo comprimento, têm uma função fundamental na logística de escoamento da cana-de-açúcar. As enormes máquinas com capacidade de carga de 45 toneladas são responsáveis por transportar a colheita nos canaviais até as indústrias, em média, percorrendo 25 quilômetros de estradas vicinais não pavimentadas.

Esta e outras informações sobre como ocorre o escoamento da cana-de-açúcar consta no estudo “Potencial de Escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”, desenvolvido pelo Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio paranaense: soja, milho, trigo, feijão, avicultura, suinocultura, bovino-cultura de leite, bovino-cultura de corte, cultivos florestais,





# 1,3 milhão

de toneladas de açúcar foi da região de Maringá até o Porto de Paranaguá, no Litoral do Estado, o que corresponde a 45% do total movimentado pelo terminal.

cana-de-açúcar, batata, mandioca e fertilizantes.

De acordo com o documento, a cana-de-açúcar, que representou 3% do Valor Bruto da Produção (VBP) em 2015 (R\$ 2,5 bilhões), está concentrada no Norte e Nordeste do Estado. As duas regiões representam 95% da produção estadual de cana, estimada em 40,2 milhões de toneladas na safra 2017/18 para a fabricação de açúcar e álcool, conforme dados da Associação de Produtores de Bioenergia do Estado do Paraná (Alcopar). Na próxima temporada agrícola, a expectativa é produzir 3,04 milhões de toneladas de açúcar e 1,37 milhões de metros cúbicos

de etanol, crescimento de 0,4 % e 5,7%, respectivamente, em relação a safra atual.

A colheita, dependendo das condições climáticas, ocorre de abril a janeiro do ano seguinte. Nos meses que sobram, as indústrias do setor sucroenergético realizam a manutenção das máquinas e equipamentos, visando à safra seguinte.

Atualmente, 25 das 28 unidades instaladas no Paraná estão em operação. Dos 399 municípios, 154 têm envolvimento com o plantio de cana-de-açúcar.

## Exportação

Se a cana percorre o trajeto até as indústrias de caminhão, as ferrovias são utilizadas para levar os produtos de exportação do complexo sucroalcooleiro até o Porto de Paranaguá, no Litoral do Paraná.

No ano passado, 85% das 3,4 milhões de toneladas de açúcar que passaram pelo terminal Paraná Operações Portuárias (Pasa), ponto final da extensa malha que atravessa o Paraná, chegaram via ferrovias. O fluxo constante de veículos começa em junho.

O restante ocorre pelas rodovias. O maior fluxo de veículos no transporte de açúcar até o Litoral está concentrado no segundo semestre, com maior volume nos meses de agosto e setembro (20% do total de veículos). 63% do tráfego rodoviário têm origem no Paraná, enquanto os 37% vem de Goiás, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

# Argentina produz soja até “debaixo d’água”

Chuvas afetam safra do terceiro maior produtor da oleaginosa do mundo, mas impacto no mercado internacional é baixo

Por Antonio Carlos Senkovski



A soja da Argentina, terceira maior nação produtora do mundo, já está quase toda colhida e a área de milho já guardada nos silos passa dos 60%. A seca no fim de 2016 e o excesso de chuvas nos últimos meses impediram que os argentinos colhessem um volume recorde na temporada 2016/17, como os vizinhos do Mercosul. Mas o rendimento está longe de ser ruim. As estimativas consideram que os produtores argentinos entram na reta final de colheita com uma boa safra, sem pressionar consideravelmente as bolsas que definem os preços no mercado internacional.

No ciclo atual, o país dedicou 19,5 milhões de hectares à soja e 7,5 milhões de hectares ao milho. Deste total, segundo o economista e analista de mercado Flávio França Júnior, 750 mil hectares da oleaginosa e pouco mais de 300 mil hectares do cereal foram afetados por problemas climáticos (4% das lavouras impactadas). “O grande destaque nessa situação é que apesar dessas perdas, onde se está colhendo o rendimento verificado é alto”, pondera.

França Júnior explica que apesar da demanda mundial seguir aquecida por parte dos países asiáticos – China, principalmente – os estoques mundiais também seguem elevados. Por isso, mesmo com uma expectativa de perdas na Argentina (ver quadro), os preços não tiveram grandes

sobressaltos nos últimos meses. “Houve algumas especulações em janeiro de que o clima na América do Sul iria mexer nas cotações, o que não aconteceu, pois esses rumores foram rapidamente absorvidos pelas safras recordes, primeiro dos Estados Unidos e depois do Brasil”, explica.

## Trigo

Chuvas registradas nas últimas semanas em toda a faixa Sul da América do Sul deixaram áreas alagadas em algumas regiões da Argentina, principalmente nas províncias de Buenos Aires e Santa Fé. Ainda é cedo para avaliar se o alagamento vai afetar o próximo ciclo de verão. A safra de trigo, no entanto, começa a sentir os impactos nas áreas que estão debaixo d’água.

Conforme previsões do governo argentino, os agricultores não vão conseguir plantar toda a área que gostariam de dedicar ao trigo. Em 2016, foram cultivados 6,4 milhões de hectares e a expectativa era de ampliar esse total, já que a produtividade no ano passado foi boa (16 milhões de toneladas). Com as condições climáticas atuais, as autoridades já falam em 6 milhões de hectares dedicados ao cereal de inverno (redução de 6% na área).



## Quanto deve produzir a Argentina

A projeção atual é que a safra argentina some 58 milhões de toneladas de soja e 40 milhões de toneladas de milho no ciclo 2016/17. A expectativa antes dos problemas climáticos era de 58,8 milhões de toneladas para a soja e 44,5 milhões de toneladas de milho. Na temporada 2015/16 foram produzidos nos país 60 milhões de toneladas de soja e 28 milhões de toneladas de milho. O aumento expressivo no volume de milho ocorre porque com o fim das “retenções” a área dedicada à planta aumentou de 6,9 milhões de hectares para 7 milhões de hectares, enquanto que a de soja caiu de 20,4 milhões de hectares para 19,5 milhões de hectares.

cionais elevados fizeram a cotação do milho na Argentina cair nos últimos meses. No fim de dezembro, o preço era de R\$ 33,60 a saca e despencou para cerca de R\$ 26,40 a saca em junho (20%). Nos últimos 12 meses, a estimativa é que o milho tenha perdido R\$ 10,80 por saca no país. Nem mesmo o fim das “retenções” (imposto de exportação) para o milho, em dezembro de 2015, consegue segurar os preços. Os números são do Ministério da Agroindústria da Argentina.

Em relação ao custo de produção com os reajustes em insumos, o poder de compra com milho na Argentina caiu 40%. Segundo cálculos do jornal La Nación, para comprar ureia ou um saco de sementes, neste mês, é necessário 48% e 42% a mais de grão, respectivamente, em relação a 2016. Para movimentar uma tonelada de milho por uma distância de 300 quilômetros, a elevação do custo é de 56%.

Na soja, o preço no início do ano na Argentina era de R\$ 49 a saca e agora se encontra em R\$ 43 a saca. Se forem considerados os últimos 12 meses, a redução no valor foi de aproximadamente R\$ 9 por saca. No caso da oleaginosa, o agravante é que o produto continua taxado pelo governo nas exportações. Atualmente, o Estado argentino cobra imposto de 30% para a venda do grão no exterior, o que reduz a competitividade do país no mercado internacional.

## Argentinos também sofrem com preços baixos

Não são somente os produtores brasileiros que estão com problemas com as cotações agrícolas. Os estoques interna-



### FUNDEPEC - PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINDO 31/05/2017

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	FINANCEIRAS/BANCARIAS	
	1-13	14						
Saldo C/C	339,65	-	-	-	-	-	78,51	261,14
Serviços D.S.A	403.544,18	-	-	138.681,09	542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.444.549,48	278,44	-	38.515.412,92	-	2.341.952,64	-	45.154.798,62
Setor Suínos	10.323.319,02	2.210.606,80	-	3.994.865,52	-	181.518,99	-	16.347.272,35
Setor Aves de Corte	1.481.958,15	2.342.576,48	-	3.879.955,84	-	-	-	7.704.490,47
Setor de Equídeos	53.585,00	23.737,78	-	152.413,75	-	-	-	229.736,53
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-	-	14.972,85	-	-	-	20.811,46
Setor Aves de Postura	37.102,41	46.905,50	-	190.986,87	-	-	-	274.994,78
Pgto. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	-	-	-	141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-	-	-	-	-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício de Animais*	-	-	141.031,00	-	-	-	-	141.031,00
<b>TOTAL</b>	<b>20.744.521,65</b>	<b>4.624.105,00</b>	<b>141.031,00</b>	<b>46.887.288,83</b>	<b>542.225,27</b>	<b>2.664.502,63</b>	<b>77.645,94</b>	<b>69.654.797,91</b>
<b>SALDO LÍQUIDO TOTAL</b>								<b>69.654.797,91</b>

Ágide Meneguette  
Presidente do Conselho Deliberativo

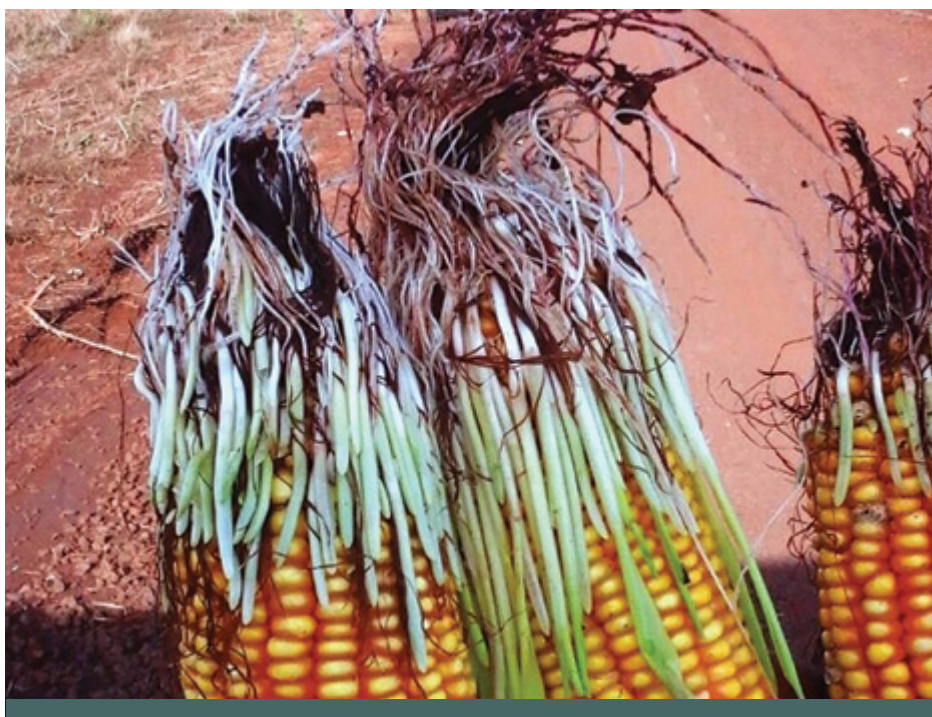
Ronei Volpi  
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt  
Contadora | CO-CRC/PR-045.388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001.

# Chuva prejudica lavoura de milho no Oeste

Umidade excessiva trouxe doenças e perdas que podem chegar a 50%, estimam produtores



O inverno, que começou no dia 21 de junho, promete ser seco, mas com temperaturas irregulares no Paraná. O clima previsto para os meses de julho e agosto destoa do que ocorreu no Estado no fim do outono, quando grandes precipitações de chuva foram registradas em várias regiões paranaenses. A previsão de baixa umidade traz alento aos produtores, que viram suas lavouras de milho safrinha sofrerem com as chuvas em maio e no começo de junho.

No Oeste, os produtores que plantaram o cereal no começo do ano tiveram dificuldades para iniciar a colheita por causa do terreno encharcado. Mas relatos de agricultores indicam a possibilidade de perdas na colheita de inverno. Em Palotina, a incidência das chuvas trouxe doenças para o milho. Segundo o produtor Nestor Antônio Araldi, algumas variedades do cereal podem ter perdas de até 50% da lavoura. “Por causa da chuva, metade da espiga fica podre. A umidade entra pela ponta da espiga e vai apodrecendo para baixo. O grão fica ardido”, afirma Araldi, que também é presidente do Sindicato Rural de Palotina. “Vamos ter de esperar secar para jogar fora”, afirma o produtor que des-

tinou 250 hectares para o milho safrinha.

Em Terra Roxa, o excesso de chuva também trouxe doenças, como a Mancha Branca, para o milho. “O pé fica fraco. Qualquer vento mais forte derruba a planta”, conta o produtor Ademir Ferreira de Pádua. De acordo com relatos de produtores, a parte inferior das plantas chegou a apodrecer. O plantio na maioria das propriedades de Terra Roxa começou na metade de janeiro. “Quem plantou antes está sofrendo mais”, alega Pádua, que tem 300 hectares de lavoura de milho.

Como a colheita do milho só deve se intensificar nas próximas semanas, as perdas ainda estão sendo computa-

das. “O preço vai cair. O milho vai sair com baixo padrão”, diz Nestor Araldi, de Palotina. Se confirmada a previsão, muitos agricultores da região não devem conseguir cobrir os custos de produção.

De acordo com levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), a safra de milho de inverno paranaense deve chegar a 13,8 milhões de toneladas. Em maio, a saca de 60 quilos do cereal saiu por R\$ 20,63.

## Estiagem

A boa notícia da meteorologia é que os fenômenos El Niño e La Niña não devem ter efeito no clima do Estado. “Vamos ter um período de estiagem longo, com 20, 30 dias sem chuvas na região”, ressalta o meteorologista Luiz Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet). “Vai ser um inverno diferente do registrado no ano passado. Devemos ter ondas de frio e de calor e chuvas muito irregulares”, afirma Lazinski.



# Colorado ganha patrulha rural

Com o início da ronda em abril, roubos nas propriedades reduziram 80%



Desde abril, os produtores de Colorado, na região Norte Central do Estado, dormem mais tranquilos. O motivo para isso é o início da operação da patrulha rural no município. Para tornar realidade o patrulhamento nas áreas rurais, diante do alto índice de roubo, o Sindicato Rural de Colorado, em parceria com a FAEP, Ministério Público do Trabalho (MPT) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), conseguiu a doação de uma caminhonete para reforçar a frota da Polícia Militar.

“Estamos na divisa com São Paulo e saída para o Mato Grosso do Sul. Os registros de roubo de animais, máquinas e utensílio estavam muito altos. Diante disso, fizemos um projeto pedindo um veículo e conseguimos junto ao Ministério Público do Trabalho”, comemora José Getúlio Assoni Rocco, presidente do Sindicato Rural de Colorado. “Só o fato da patrulha realizar a ronda na área rural fez com que os roubos caíssem 80%”, complementa.

Para reforçar e otimizar a atuação da patrulha rural, os produtores do município receberam cartões com os contatos dos policiais que integram a força tarefa no campo. Desta forma, a ação se torna mais efetiva, e permite um contato direto entre as partes. “O pessoal tem o contato.

Basta chamar a patrulha quando precisar”, ressalta Rocco.

O projeto do Sindicato Rural é reforçar a patrulha rural no curto prazo. Para isso, um novo projeto solicitando um segundo veículo está sendo desenvolvido.

## Capacitação

A agricultura é a principal fonte de renda no município de Colorado. Para fomentar o crescimento da atividade e capacitar os produtores, o Sindicato Rural realiza mais de 100 cursos do SENAR-PR por ano, sendo que 70% são voltados para maquinário.

A explicação está no perfil da agricultura da região. Metade da área agrícola está coberta com cana-de-açúcar para atender a demanda da Usina Alto Alegre, instalada na cidade. “A usina demanda muita mão-de-obra. Para atender isso, promovemos muitos cursos de maquinário”, aponta o presidente do Sindicato Rural.

O restante dos cursos acaba envolvendo pecuária de leite, piscicultura e fruticultura, outras atividades representativas na região. Atualmente, o Sindicato Rural de Colorado conta com 245 associados.

# Comissões debatem Cadecs

## Paraná é modelo na adequação à Lei da Integração



Agide Meneguette discursa durante reunião das Comissões

A avicultura do Paraná é um modelo para o país na promoção do diálogo entre produtores e agroindústria e na adequação do setor à chamada Lei da Integração (n.º 13.288/2016). A avaliação é do presidente da Comissão Nacional de Aves e Suíno da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Iuri Pinheiro Machado. Ele participou da reunião das Comissões Técnicas de Avicultura e de Suinocultura da FAEP, no dia 21 de junho, na sede da entidade.

No encontro com integrantes, produtores e presidentes de sindicatos rurais, Machado apresentou as ações estratégicas da Comissão de Aves e Suínos da CNA e dados de como a entidade está trabalhando junto às agroindústrias para viabilizar condições de negociação e principalmente, melhorar a renda.

Segundo ele, uma maior organização dos produtores em torno da nova legislação vai fortalecer toda a cadeia produtiva. “A FAEP é uma referência na área de aves e suínos e tem sido fundamental para cumprirmos o objetivo de que os produtores se organizem para exigir que a lei funcione na prática e beneficie o produtor”, diz Machado. “Quando os produtores se organizam de maneira forte, ocorre uma melhora significativa na gestão, na produtividade, melhora tudo dentro de cada propriedade dos membros dessas associações”, completa.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Agide Meneguette, fez a abertura do evento e enfatizou que a crise aumenta ainda mais a necessidade de se construir organizações fortes

para seguir a trilha do desenvolvimento. “Vivemos um momento grave no nosso país, não dá para achar que o governo vai nos ajudar. A nossa parte nós estamos fazendo, a sociedade vai ter que se organizar, como na Lei da Integração, que une produtor e indústria na mesma mesa para conversar e chegar a um consenso”, alertou.

### Lei da Integração

A Lei n.º 13.288/2016, conhecida como Lei da Integração, foi aprovada no ano passado e tem como uma das determinações que as cadeias produtivas que funcionam no sistema integrado criem Comissões de Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (Cadecs), com número paritário de representantes dos produtores e da indústria. O objetivo é levar mais segurança à cadeia produtiva e aumentar o poder de negociação dos produtores com as empresas.

No caso do frango paranaense, das 28 plantas de abate existentes, oito já possuem Cadecs: Cianorte, Toledo, Dois Vizinhos, Maringá, Carambeí, Jacarezinho, Rolândia e Paranavaí e, outras duas estão em processo de conclusão (Lapa e Arapongas). Isso significa que quase metade está em processo de se adequar às novas regras, já que sete dessas unidades de abate são gerenciadas por cooperativas, que não são abrangidas pela legislação.

Na suinocultura, os Cadecs estão em fase de discussão e os interessados em participar dessas comissões devem procurar os sindicatos rurais de seu município.



Encontro da Comissão de Suinocultura



# Censo Agropecuário

Para o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, levantamento do IBGE mostrará um retrato mais nítido do setor



Ágide Meneguette participou do lançamento do Censo Agropecuário em Curitiba

O Censo Agropecuário 2017 foi lançado dia 19 de junho em Curitiba. O levantamento organizado e executado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) terá início no dia 1.º de outubro e vai contar com 1.350 recenseadores no Paraná, 24.984 em todo o Brasil. Serão cinco meses de trabalho para reunir informações de cerca de 5 milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros. Somente em território paranaense, os recenseadores vão percorrer 372 mil propriedades rurais. O Censo terá recurso de R\$ 500 milhões neste ano e R\$ 270 milhões em 2018, segundo o IBGE. O resultado deverá ser divulgado em meados do ano que vem.

O evento em Curitiba contou com a participação do presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, que manifestou apoio ao levantamento do IBGE. “A Federação da Agricultura do Paraná vai incentivar a que todos os seus filiados respondam aos questionários que os funcionários do IBGE lhes submetam, enfatizando que

o Censo é uma ferramenta extremamente útil para o nosso desenvolvimento econômico e social”, disse Meneguette.

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR projeta que o Censo mostrará um retrato mais nítido da agropecuária brasileira, cujo desenvolvimento nos últimos anos indica um setor mais pujante do que se imagina. “Dados confiáveis e atuais vão permitir um planejamento mais acertado com o momento atual e possibilitar tanto aos governantes quanto aos produtores definições mais acuradas para alavancar a produção rural”, prevê.

A governadora em exercício do Paraná, Cida Borghetti, também esteve no lançamento e ressaltou a importância de informações precisas para manter o ritmo de desenvolvimento no campo. “O agronegócio é um setor que a cada ano quebra

recordes e impulsiona a economia em várias regiões do Estado e do país”, afirmou.

O presidente do IBGE, Roberto Luís Olinto Ramos, citou durante o evento o papel que o Censo ocupa na sustentabilidade. “Além das informações que vão chegar completas aos municípios, há, hoje, uma demanda internacional sobre a realidade municipal na questão do desenvolvimento sustentável”, disse.

O evento contou também com a presença do presidente da Ocepar, José Roberto Ricken; do presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), Marcel Micheletto; do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), Ademir Muller; do presidente da Associação Comercial do Paraná (ACP), Glaucio Geara; do presidente da Fecomercio, Darci Pianá; do deputado federal Sergio Souza, do deputado estadual Luiz Claudio Romanelli, do chefe da unidade do IBGE-PR, Sival Dias dos Santos e outras autoridades.

# Mapa suspende fungicidas contra a ferrugem da soja

Em seis meses, 100 produtos perderam a recomendação de uso contra a doença no Brasil

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) suspendeu a recomendação de uso de 37 fungicidas utilizados no controle da ferrugem asiática (*Phakopsora pachyrhizi*) na cultura da soja no país. A lista com as marcas foi publicada no Diário Oficial da União em 14 de junho. Esta é a segunda vez em seis meses que o Mapa toma essa medida.

Em janeiro deste ano, 63 fungicidas já tinham sido listados.

A decisão foi baseada nas conclusões da Comissão Técnica de Reavaliação Agronômica de Produtos Formulados de Agrotóxicos e Afins Registrados. Os fabricantes terão 120 dias para retirarem das bulas a recomendação de uso para o controle da doença da soja.

## Relação divulgada em junho de 2017

Abacus HC	Emerald	Odin 430 SC	Shake
Alto 100	Eminent 125 EW	Opera	Solist 430 SC
Atento	Eminent Excell	Opera Ultra	Tasker
Authority	Eminent Gold	Pladox	Tebuzim 250 SC
Azimut	Evos	Potenzor	Tornado
Battle	Ferrax	Produtorbr	Virtuoso 250 SC
Biver	Galileo Excell	Prospect	Warrior
Caramba 90	Helmstar Plus	Riza 200 EC	
Domark 100 EC	Impact 125 SC	Rubric	
Domark Excell	Impact Duo	Sauvage	

## Relação divulgada em janeiro de 2017

Adante	Erradicur	Priori	Tebuco Nortox
Alterne	Excolha	Priori top	Tebuconazol 200 EC Agria
Apice	Fegatex	Quadris	Tebuconazole CCAB 200 EC
Arcadia	Flama	Rival 200 EC	Tebufort
Array 200 EC	Flexin	Rivax	Tebuhelm
Artea	Folicur 200 EC	Score	Tebuzol 200 EC
Band	Guapo	Shar Conazol	Tenaz 250 SC
Brio	Icarus 250 EC	Shar-Teb	Treasure
Bumper	Juno	Simboll 125 SC	Triade
Buran	Juwel	Skip 125 SC	Trifoli
Burgon	Keep 125 SC	Soprano 125 SC	Trinity 250 SC
Celeiro	Konazol 200 EC	Stratego 250 EC	Verdadero 600 WG
Constant	Mirador	Systemic	Virtue
Egan	Oranis	Systhane 250 EC	Yoda
Elite	Orius 250 EC	Systhane EC	Zoom
Envoy	Palisade	Tacora 250 EW	



# Inscritos na Dívida Ativa da União têm desconto de até 95%

Adesão à renegociação pode ser efetuada até 29 de dezembro de 2017

Os produtores rurais com dívidas de crédito rural inscritas em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) têm até o dia 29 de dezembro de 2017 para liquidar seus débitos com descontos que podem chegar até 95% do saldo devedor.

A Portaria PGFN n.º 967, de 13 de outubro de 2016, regulamenta o benefício de liquidação das dívidas contraídas por operações de crédito rural, inscritas na Dívida Ativa da União. As medidas estavam previstas no art. 4.º, da Lei n.º 13.340/2016, que dá descontos e facilita a renegociação de dívidas de produtores rurais. Ao todo, três mudanças podem ser destacadas como mais relevantes.

A primeira diz respeito à ampliação na data de corte de enquadramento no benefício de liquidação. São contemplados os débitos inscritos e os encaminhados para inscrição em dívida ativa até a data da publicação da lei, ou seja, 29 de setembro de 2016. A segunda mudança está relacionada ao aumento dos descontos. Isto é, previsão de desconto fixo, além do desconto percentual, conforme as faixas de valor das inscrições. E a terceira é sobre a determinação de suspensão do ajuizamento e das execuções fiscais relativas a débitos de crédito rural. A sistemática de adesão será a mesma por meio do e-CAC da PGFN.

Anteriormente à negociação atual, houve oportunidades de parcelamento e liquidação com descontos entre 2009 e 2015 baseado na Lei 11.775/2008. Desde a edição desta lei, a FAEP solicitou novas oportunidades de nego-

ciação, bem como a ampliação das datas de inscrição, que são consideradas para adesão aos descontos, tendo conseguido junto ao governo federal ampliar os benefícios aos produtores rurais. O Departamento Técnico e Econômico da FAEP recomenda que os produtores não deixem para o último momento para aderir a essa renegociação, pois as condições para liquidar essas dívidas são consideradas extraordinárias.

Mais informações sobre adesão à liquidação das dívidas na DAU no site do Sistema FAEP, no link Serviços. No caso de dúvida, os produtores podem entrar em contato com Pedro Loyola, coordenador do Departamento Técnico e Econômico da FAEP, por meio do telefone (41) 2169-7932 ou e-mail: [pedro.loyola@faep.com.br](mailto:pedro.loyola@faep.com.br).

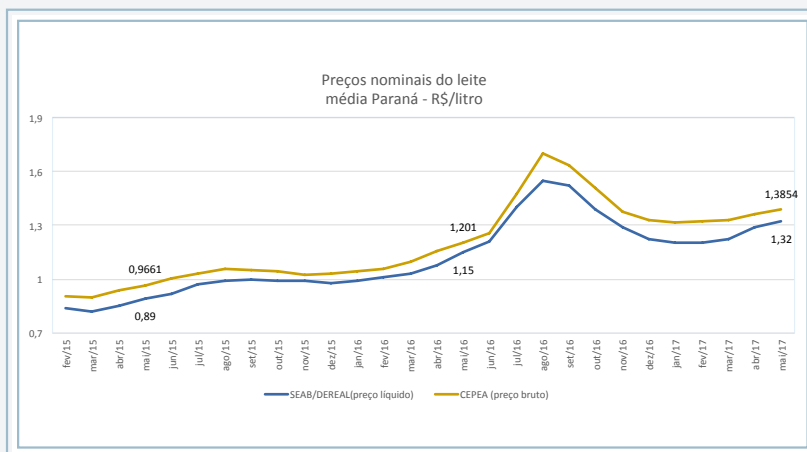
## DESCONTOS A SEREM APLICADOS SOBRE O VALOR CONSOLIDADO A SER LIQUIDADO

Faixas para enquadramento do valor consolidado da inscrição em Dívida Ativa da União	Desconto Percentual	Desconto de valor fixo, após a aplicação do desconto percentual
Até R\$ 15.000,00	95%	-
De R\$ 15.000,01 até R\$ 35.000,00	90%	R\$ 750,00
De R\$ 35.000,01 até R\$ 100.000,00	85%	R\$ 2.250,00
De R\$ 100.000,01 até R\$ 200.000,00	80%	R\$ 7.500,00
De R\$ 200.000,01 até R\$ 500.000,00	75%	R\$ 17.500,00
De R\$ 500.000,01 até R\$ 1.000.000,00	70%	R\$ 42.500,00
Acima de R\$ 1.000.000,00	60%	R\$ 142.500,00

# Conselho Paritário Produtores/Indústrias de Leite do Estado do Paraná / **CONSELEITE-PR**

## RESOLUÇÃO Nº 6/2017

A diretoria do Conseleite-Paraná, reunida no dia 20 de junho de 2017, na sede da FAEP, na cidade de Curitiba, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprova e divulga os valores de referência para a matéria-prima leite realizados em maio de 2017 e a projeção dos valores de referência para o mês de junho de 2017, calculados por metodologia definida pelo Conseleite-Paraná, a partir dos preços médios e do mix de comercialização dos derivados lácteos praticados pelas empresas participantes.



## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - MAIO/2017

Matéria-prima	Valor projetado em maio/2017 (leite entregue em maio a ser pago em junho)	Valor final em maio/2017 (leite entregue em maio a ser pago em junho)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,1007	1,1057	0,0050

## VALORES DE REFERÊNCIA DA MATÉRIA-PRIMA (LEITE)

POSTO PROPRIEDADE\* - MAIO/2017 E PROJETADOS JUNHO/2017

Matéria-prima	Valor final em maio/2017 (leite entregue em maio a ser pago em junho)	Valor projetado para maio/2017 (leite entregue em junho a ser pago em julho)	Diferença (projetado-final)
Leite PADRÃO	1,1057	1,0970	-0,0087

**Observações:** Os valores de referência indicados nesta resolução para a matéria-prima leite denominada "Leite Padrão", se refere ao leite analisado que contém 3,50% de gordura, 3,10% de proteína, 400 mil células somáticas /ml e 300 mil ufc/ml de contagem bacteriana.

Para o leite pasteurizado o valor projetado para o mês de junho de 2017 é de **R\$ 2,3723/litro.**

Visando apoiar políticas de pagamento da matéria-prima leite conforme a qualidade, o Conseleite-Paraná disponibiliza um simulador para o cálculo de valores de referência para o leite analisado em função de seus teores de gordura, proteína, contagem de células somáticas e contagem bacteriana. O simulador está disponível no seguinte endereço eletrônico: [www.conseleitepr.com.br](http://www.conseleitepr.com.br)

Curitiba, 20 de junho de 2017

**RONEI VOLPI** Presidente | **WILSON THIESEN** Vice - Presidente



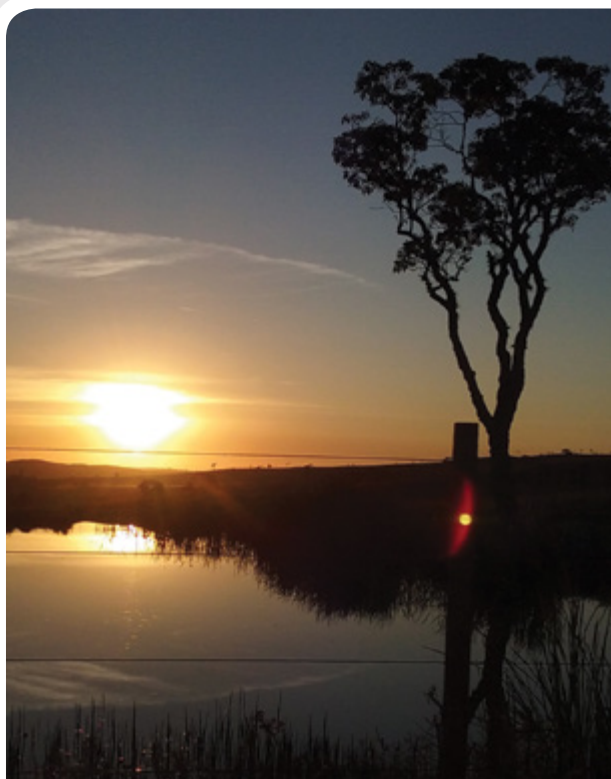
## Visita à FAEP

O deputado estadual Márcio Nunes (PSD) e o prefeito de Iva-tê, Univaldo Campaner (PSC), visitaram a sede da FAEP, no dia 21 de junho, onde se reuniram com o presidente da entidade, Ágide Meneguette. No encontro, eles conversaram sobre logística e infraestrutura na região Noroeste paranaense.



## LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: [imprensa@faep.com.br](mailto:imprensa@faep.com.br) com seu nome e endereço.



**Pôr-do-sol** - A leitora Micheli Silva, de Joaquim Távora, enviou uma linda foto de um pôr-do-sol. Micheli diz que adora registrar imagens do fim do dia.



**Araucária** - A leitora Vanessa Marques de Jesus tirou uma fotografia de uma araucária em uma fazenda em Cambé.



TIBAGI

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Agência do Trabalhador, promoveu, entre 29 de maio e 2 de junho, o curso Tratorista Agrícola – Norma Regulamentadora 31.12. Participaram nove pessoas com o instrutor José Augusto Olzewski.



CAMPINA DA LAGOA

## DERIVADOS DE MILHO

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa promoveu, nos dias 29 e 30 de maio, nas dependências da Feira do Produtor Rural, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Beneficiamento e Transformação Caseira de Cereais – Básico em Milho. Participaram 15 pessoas com o instrutor Sérgio Kazuo Kawakami.



RIBEIRÃO DO PINHAL

## OLERICULTURA

O Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal promoveu, entre 1.º e 16 de março, o curso Olericultura – Planejamento da Produção, do Plantio à Comercialização. Participaram 14 pessoas com a instrutora Roseneide Bertolucci.



PALOTINA

## AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, entre 17 e 19 de abril, o curso Aplicação de Agrotóxico. Participaram 14 pessoas com o instrutor Alcione José Ristof.





MANDAGUAÇU

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Mandaguaçu promoveu de 9 de maio a 19 de junho o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Tratorista Polivalente – Intermediário. Participaram 12 pessoas com o instrutor Mauro Moreira dos Santos.



ASTORGA

## LEITE

O Sindicato Rural de Astorga promoveu, de 25 a 29 de abril, o curso Manejo e Ordenha na Bovinocultura de Leite. Participaram nove pessoas com o instrutor Newton Jodas Gonçalves.



CIANORTE

## AGROTÓXICOS

O Sindicato Rural de Cianorte, em parceria com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, promoveu, entre 9 e 11 de março, o curso Aplicação de Agrotóxico – Pulverizador Costal Manual. Participaram dez pessoas com o instrutor Mauro Moreira dos Santos.

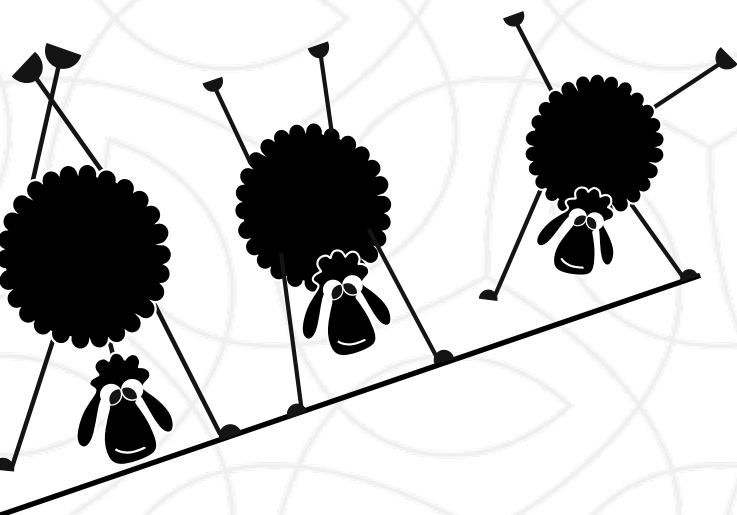


BANDEIRANTES

## TRATORISTA AGRÍCOLA

O Sindicato Rural de Bandeirantes promoveu, nos dias 4, 5, 6, 11 e 12 de maio, o curso Trabalhador na Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas (Tratorista Agrícola) – Tratores e Implementos – 40 horas. Participaram 13 pessoas com o instrutor Lucas David Schemberger.

# VIA RÁPIDA



## Ioga com cabras

Nos Estados Unidos, praticantes de ioga fazem fila para conhecer uma nova modalidade da terapia: a ioga com cabras. Isso mesmo. Realizada em pequenas propriedades rurais pelo país, a modalidade tem atraído idosos e jovens, que pagam para praticar as sessões equilibrando filhotes de cabras anãs nigerianas nas costas. Os bichos também circulam pelo local enquanto os participantes fazem os exercícios. Os alunos têm de manter o ritmo enquanto os animais comiam seus cabelos e lambiam seus rostos. Quem já praticou a modalidade alega que o contato com as cabras relaxa e ajuda a liberar a tensão e a frustração.

## Tríplice Coroa do Automobilismo

O imaginário dos amantes do automobilismo já percorreu as curvas e retas das três principais provas realizadas anualmente no mundo. As 500 Milhas de Indianápolis (Estados Unidos), as 24 Horas de Le Mans (França) e o Grande Prêmio de Mônaco de Fórmula 1 são as mais tradicionais provas de corridas de carros. Vencer uma delas, como foi o caso recente do brasileiro Daniel Serra, que ganhou em Le Mans este ano, é o ápice da carreira para os pilotos. Mas imagine vencer as três. Apenas um piloto até hoje realizou este feito. O inglês Graham Hill (1929-1975) venceu cinco GPs de Mônaco (1963, 64, 65, 68 e 69), uma 500 Milhas de Indianapolis (1966) e uma 24 Horas de Le Mans (1972) e conquistou a Tríplice Coroa do Automobilismo.



## Anjos de areia

O Guinness, o famoso livro dos records que reúne muitas histórias curiosas, homologou, no dia 10 de junho, uma nova marca. Em Ludinton, nos Estados Unidos, 1.387 pessoas fizeram “anjos de areia” simultaneamente nas praias do Lago Michigan, batendo o recorde mundial que pertencia a cidade de Pembrokeshire (Reino Unido). Os britânicos haviam reunido 350 “anjos” para alcançar a marca mundial.







***“As convicções são inimigas  
mais perigosas da verdade do  
que as mentiras.”***

**Friedrich Nietzsche (1844-1900),  
filósofo alemão**

## Boletim

- Pai, hoje recebi o meu boletim.
- Então cadê ele?, disse o pai.
- Emprestei.
- Mas por quê?
- Porque meu amigo queria assustar o pai dele.

## Pai e filha

O pai pergunta à filha:

- Filha, você acha que sua professora desconfia que eu estou te ajudando a fazer a lição de casa?
- Acho que sim, pai. Ela até já me disse que você deveria voltar para escola.



## Carro que voa

Uma montadora de carros da Holanda promete colocar no mercado, a partir de 2018, veículos que andam sobre rodas e também voam. Pela bagatela de 499 mil euros, os interessados podem adquirir o PAL-V (Personal Air and Land Vehicle). O carro voador, promete a empresa, pode alcançar 170 km/h na estrada. Nas alturas, terá autonomia de voo de 500 km, chegando a uma altitude 3,5 mil metros. O PAL-V terá hélices retráteis acionadas por um botão no painel e três rodas. A produção começa em outubro deste ano. Mas para dirigir/pilotar o carro voador será preciso ter licença de voo e carteira de habilitação.



## UMA SIMPLES FOTO





# TÍMIDO

Ser um tímido notório é uma contradição. O tímido tem horror a ser notado, quanto mais a ser notório. Se ficou notório por ser tímido, então tem que se explicar. Afinal, que retumbante timidez é essa, que atrai tanta atenção? Se ficou notório apesar de ser tímido, talvez estivesse se enganando junto com os outros e sua timidez seja apenas um estratégia para ser notado. Tão secreto que nem ele sabe. É como no paradoxo psicanalítico, só alguém que se acha muito superior procura o analista para tratar um complexo de inferioridade, porque só ele acha que se sentir inferior é doença.

Todo mundo é tímido, os que parecem mais tímidos são apenas os mais salientes. Defendo a tese de que ninguém

é mais tímido do que o extrovertido. O extrovertido faz questão de chamar atenção para sua extroversão, assim ninguém descobre sua timidez. Já no notoriamente tímido, a timidez que usa para disfarçar sua extroversão tem o tamanho de um carro alegórico. Daqueles que sempre quebram na concentração. Segundo minha tese, dentro de cada Elke Maravilha existe um tímido tentando se esconder e dentro de cada tímido existe um exibido gritando "Não me olhem! Não me olhem!" só para chamar a atenção.

O tímido nunca tem a menor dúvida de que, quando entra numa sala, todas as atenções se voltam para ele e para sua timidez espetacular. Se cochicham, é sobre ele. Se riem, é dele. Mentalmente, o tímido

nunca entra num lugar. Explode no lugar, mesmo que chegue com a maciez estudada de uma noviça. Para o tímido, não apenas todo mundo mas o próprio destino não pensa em outra coisa a não ser nele e no que pode fazer para embarçá-lo.

O tímido vive acossado pela catástrofe possível. Vai tropeçar e cair e levar junto a anfitriã. Vai ser acusado do que não fez, vai descobrir que estava com a braguilha aberta o tempo todo. E tem certeza de que cedo ou tarde vai acontecer o que o tímido mais teme, o que tira o seu sono e apavora os seus dias: alguém vai lhe passar a palavra.

LUIS FERNANDO VERISSIMO



Acesse a versão digital deste informativo:

**sistematicaep.org.br**

•FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | [sistematicaep.org.br](mailto:sistematicaep.org.br) | [faep@faep.com.br](mailto:faep@faep.com.br)

•SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | [sistematicaep.org.br](mailto:sistematicaep.org.br) | [senarpr@senarpr.org.br](mailto:senarpr@senarpr.org.br)

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais



#### Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná  
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar  
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

#### EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                 | <input type="checkbox"/> Falecido      |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                             | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente                    |  |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado                 |  |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico |  |

#### REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_  
Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Responsável \_\_\_\_\_